

## INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 122/2022

**Regulamenta o limite de análises técnicas no licenciamento ambiental do INIS, após a oportunizar aos interessados a complementação de informações/diligências.**

O **Diretor Presidente do Instituto Itajaí Sustentável - INIS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Complementar n. 337, de 20 de dezembro de 2018, e a Portaria n. 0725/2022, e,

**CONSIDERANDO** que o Instituto Itajaí Sustentável – INIS, é órgão integrante do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA, e possui competência para aplicação das legislações de proteção e melhoria da qualidade ambiental;

**CONSIDERANDO** a necessidade de regulamentar os processos e os procedimentos administrativos para licenciamento de atividades potencialmente poluidoras, no âmbito do Instituto Itajaí Sustentável,

**CONSIDERANDO** que muitos processos tramitam no órgão, e após análises possuem questões que não são devidamente esclarecidas pelo requerente, mesmo após reiterações, permanecendo longo período em tramitação;

**CONSIDERANDO** que o art. 5º, LXXVIII da Constituição da República estabelece que a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação.

### **RESOLVE:**

**Art. 1º** Esta Instrução Normativa regulamenta o limite de novas análises técnicas, às quais um processo de licenciamento ambiental poderá ser submetido, independentemente da fase ou do tipo de licença requerida.



**Art. 2º** Nos processos de licenciamento ambiental, havendo insuficiência de elementos técnicos capazes de dificultar a análise, será franqueado ao interessado a oportunidade de complementar as informações ou realizar diligências.

§ 1º O Analista Ambiental responsável deverá indicar com precisão o que deve ser corrigido ou completado.

§ 2º Se o interessado ou seu representante der causa, pela segunda vez, ao pedido de complementação de diligências, referentes aos mesmos itens já solicitados, ser-lhe-á oferecida a terceira oportunidade, com expressa e destacada orientação de que se trata da última complementação possível.

§ 3º Na terceira análise, não havendo o adequado esclarecimento ou solução de critérios técnicos e/ou burocráticos, o Analista Ambiental poderá indeferir do processo, em virtude do não atendimento aos esclarecimentos/questionamentos reiteradamente solicitados.

§ 4º Não configurará reiteração os pedidos de complementações originados/provocados por novos fatos e/ou informações apresentadas pelo requerente.

§ 5º Os pedidos de prorrogação de prazo não se prestam a fundamentar o indeferimento de que trata o § 3º deste artigo.

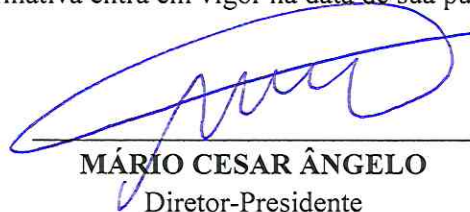
**Art. 3º** O indeferimento do processo na forma esta Instrução Normativa não implicará o direito de ressarcimento de valores já recolhidos a título de licenciamento.

**Art. 4º** Nos casos de Renovação de LAO ou LAO Corretiva, o Analista Ambiental poderá gerar processo administrativo de infração ambiental por operação sem licença, ou ainda outro enquadramento previsto na legislação vigente.

**Art. 5º** Os processos indeferidos não poderão ser reabertos, devendo ser gerados novos processos de licenciamento com os documentos atualizados.

**Art. 6º.** Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Itajaí, 25 de maio de 2022.



**MÁRIO CESAR ÂNGELO**  
Diretor-Presidente

